cateno

CATENO GESTÃO DE CONTAS DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.380/0001-70

Relatório da Administração

Prezados Senhores: A Cateno foi criada em fevereiro de 2015, através da associação entre o Banco do Brasil S/A e a Cielo S/A, para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via débito do Arranjo Ourocard. A Companhia tem como propósito ampliar a rentabilidade e as oportunidades de negócios de seus clientes e acionistas, através de soluções funcionais e seguras em meios de pagamento. Dessa forma, busca ser referência em inovação e eficiência em um mercado plural, competitivo e em constante evolução, investindo em pessoas, ferramentas e soluções capazes de atender e de surpreender a todos. Estamos muito entusiasmados com o desenvolvimento de nossos negócios e permanecemos otimistas quanto às perspectivas de longo prazo do país, na medida em que vemos diversas oportunidades à nossa frente. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2020. A seguir destacamos os pontos mais relevantes no exercício de 2019: **Desempenho operacional:** Os ativos totais da companhia atingiram o montante de 12.671.727 (Doze bilhões, seiscentos e setenta e um milhões e setecentos e vinte e sete mil) em 2019, aumento de 0,65% em relação a posição patrimonial de 2018. Observamos um lucro líquido de R$ 677.789 (Seiscentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e nove mil), essa redução de 5,5% em relação ao ano anterior, devido impacto da Circular Bacen Nº 3.887, de 26 de março de 2018, que estabeleceu limites máximos para a tarifa de intercâmbio nos arranjos de pagamento domésticos, de compra e de conta de depósitos à vista (função débito), que passaram a ser válidos a partir de 1º de outubro de 2018. **Regulatório Banco Central do Brasil - BACEN:** Em consonância com a Circular Bacen Nº 3.885, de 26 de março de 2018, e de acordo com o parâmetro estabelecido no seu artigo 6º, inciso I, a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. atingiu, em dezembro de 2019, o valor requerido de R$ 500.000.000,00 (Quinhentos milhões de reais) em transações de pagamento. Em decorrência desse fato, e de acordo com a mesma Circular, a Companhia tem o prazo de até noventa dias para protocolizar junto ao Bacen o pedido de autorização para funcionamento como Instituição de Pagamento emissora de moeda eletrônica, conforme disposto no artigo 4º, inciso I da referida Circular. Desse modo, a Companhia vem trabalhando no atendimento de todos requisitos e procedimentos necessários para protocolizar o pedido de autorização de funcionamento, dentro do prazo regulamentar estabelecido. **Certificação PCI DSS:** A Cateno obteve excelência em todos os processos de segurança da informação que envolvem o uso de dados de portadores do cartão, com a finalização do processo de certificação PCI DSS ("*Payment Card Industry Data Security Standards* ou Padrão de segurança dos dados da indústria de cartões de pagamento") com data de emissão em janeiro de 2019. O PCI DSS é um certificado internacional, focado na segurança dos dados financeiros das transações realizadas com cartão de crédito e aplicado a qualquer negócio que processa, armazena ou transmita dados dos portadores de cartões, trazendo redução nos custos legais, cumprimento de normas e segurança ao cliente.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2019	2018
Circulante	**2.844.705**	**2.390.566**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.100.284	1.922.776
Instrumentos financeiros (Nota 6)	214.413	-
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 7)	525.558	466.744
Outros valores a receber (Nota 8)	4.224	141
Tributos a recuperar	-	19
Despesas antecipadas	226	886
Não circulante	**9.827.022**	**10.199.088**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	103.503	97.132
Imobilizado (Nota 9)	3.586	3.533
Direito de Uso -Arrendamentos (Nota 10)	2.605	-
Intangível (Nota 11)	9.717.328	10.098.423
Total do ativo	**12.671.727**	**12.589.654**

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	**442.100**	**383.305**
Fornecedores	3.766	4.162
Arrendamentos	548	-
Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 7)	298.942	277.969
Tributos e impostos a recolher (Nota 13)	84.417	86.975
Obrigações trabalhistas	8.221	8.399
Contingências fiscais (Nota 14)	4.149	4.149
Obrigações a repassar (Nota 15)	42.057	1.651
Não circulante	**2.057**	**-**
Arrendamentos	2.057	-
Patrimônio líquido (Nota 16)	**12.227.570**	**12.206.349**
Capital social	414.000	414.000
Reservas de capital	11.572.000	11.572.000
Reserva legal	22.187	22.187
Reserva estatutária	124.200	124.200
Reserva de lucros	95.183	73.962
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.671.727**	**12.589.654**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**414.000**	**11.572.000**	**22.187**	**124.200**	**51.550**	**(51.550)**	**12.183.937**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	717.566	717.566
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(51.550)	-	(51.550)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(643.604)	(643.604)
Destinação de lucros para reserva de transição	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	73.962	(73.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**414.000**	**11.572.000**	**22.187**	**124.200**	**73.962**	**-**	**12.206.349**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	677.789	677.789
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(73.962)	-	(73.962)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(582.606)	(582.606)
Reserva de lucros	-	-	-	-	95.183	(95.183)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**414.000**	**11.572.000**	**22.187**	**124.200**	**95.183**	**-**	**12.227.570**

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de fevereiro de 2015, com a contribuição da expertise em meios de pagamentos detida pelos seus sócios Banco do Brasil S.A. ("BB") e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A ("Cateno"), cujo objetivo inicial foi gerir as transações oriundas do Arranjo de Pagamento Ourocard ("Arranjo Ourocard") nas operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução n° 4.062/12 e da Lei n° 12.865/13. Após publicação da Circular nº 3.885 em 26 de março de 2018, a Cateno tornou-se elegível a ser uma Instituição de Pagamento Emissora, podendo participar de arranjos de pagamentos. A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R$ 8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R$ 3,5 bilhões oriundos das primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R$ 4,6 bilhões referentes ao pagamento, pela BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionados às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo BB com as bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo-se cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões *private label* emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas pelo BB com varejistas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Cateno, destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indício ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). *a. Demonstrações contábeis:* As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 04 de março de 2020. *b. Mudanças nas principais políticas contábeis:* Os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), em vigor, são: **CPC 06 - Arrendamento Mercantil** - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). Com base no contrato de aluguel do imóvel vigente a partir de dezembro de 2019, a Companhia registrou ativos de uso e passivo de arrendamento, reconhecendo a diferença base no contrato de aluguel do imóvel vigente, o contrato possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, o impacto na transição está resumido abaixo:

	31/12/2019
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	2.605
Passivos de arrendamento	2.605
Lucros acumulados	-

2.2 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes de Caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem contas bancárias em moeda nacional, em moeda estrangeira, e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5. **2.4 Ativos financeiros - Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis ou mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. ***a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". *Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. ***b. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment:*** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais, que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **2.5 Partes relacionadas - Classificação e Mensuração:** *a. Ativo:* As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. *b. Passivo:* As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de imposto de renda retido na fonte e antecipação do imposto de renda e da contribuição social por estimativa. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. **2.11 Benefícios a funcionários - *Previdência Complementar*:** Refere-se aos valores que a Companhia é Copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. ***Participação nos lucros e bônus:*** A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social, respeitando o acordo com o sindicato da classe e os contratos de prestação de serviços dos administradores. **2.12 Provisão para riscos:** As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 14). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, pela intermediação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apresentada na captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito e líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos. **2.14 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Distribuição de lucros:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação legal prevista nos termos do artigo 27, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia (Nota 16.5).

3. Estimativas e julgamentos contábeis: A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem às contas a pagar com partes relacionadas, imposto de renda e contribuição social diferidos.

4. Gestão de riscos - 4.1 Fatores de risco: A área gestão de risco é responsável, na Companhia, pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional segundo as políticas aprovadas pela administração. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria Companhia, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital enxuta visando a eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos.

5. Caixa e equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	623	3.118
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	125.350	248.359
Letras Financeiras	497.542	88.281
Fundos de Investimentos	1.476.769	1.583.018
	2.100.284	**1.922.776**

a) Saldo patrimonial e composição da carteira por categoria e prazos:

Mantidos para negociação	Taxa % CDI	Faixas de carência: Indeterminado	1 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2019 Total	31/12/2018 Total
Títulos privados							
CDBs	102% a 104%	-	125.350	-	-	125.350	248.359
Fundo de investimentos	Cota	1.476.769	-	-	-	1.476.769	1.583.018
Letras financeiras	102% a 114%	172.982	37.427	233.677	53.456	497.542	88.281
Total		**1.649.751**	**162.777**	**233.677**	**53.456**	**2.099.661**	**1.919.658**

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2019	2018
Receita operacional líquida (Nota 17)	**2.773.299**	**2.677.329**
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	**(1.744.863)**	**(1.645.525)**
Lucro bruto	**1.028.436**	**1.031.804**
Despesas Gerais e administrativas (Nota 19)	(116.724)	(57.960)
Lucro operacional	**911.712**	**973.844**
Resultado financeiro (Nota 20)	**118.452**	**109.364**
Receitas financeiras	120.865	111.159
Despesas financeiras	(2.413)	(1.795)
Lucro antes do IR e da CS	**1.030.164**	**1.083.208**
Imposto de renda e contribuição social	**(352.375)**	**(365.642)**
Correntes (Nota 12)	(358.746)	(363.292)
Diferidos (Nota 12)	6.371	(2.350)
Lucro líquido do exercício	**677.789**	**717.566**
Lucro por ação	0,06	0,06

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	677.789	717.566
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**677.789**	**717.566**

O saldo das aplicações financeiras são mantidos e registrados pelo valor de realização, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, garantindo liquidez imediata. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

b) Composição dos fundos:

	2019	2018
Banco do Brasil Coral Fundo RF LP ("Coral")	657.140	852.432
Bradesco Fundo RF DI Privado ("Pegasus")	819.629	730.586
	1.476.769	**1.583.018**

Os Fundos de investimentos BB Coral e Pegasus são restritos aos cotistas com vínculo societário e ambos com liquidez diária e tem como objetivo a rentabilização do caixa da Companhia acima do CDI. As cotas dos fundos estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, que é composta em sua totalidade por títulos de renda fixa, que apresenta conversibilidade imediata. Os fundos de investimentos não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas. **5.1 Instrumentos financeiros derivativos:** A Cateno não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **6. Instrumentos financeiros:** As aplicações em Instrumentos financeiros referem-se a títulos públicos e debêntures como segue:

Mantidos para negociação	Taxa % CDI	Faixas de carência: Indeterminado	1 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2019 Total	31/12/2018 Total
Títulos públicos							
Debêntures	103,8%			100.142		100.142	-
	IPCA +						
NTN-B	3,26%			12.067		12.067	-
NTN-F	7,38%			19.926		19.926	-
	CDI +						
LFT	0,02%			82.278		82.278	-
Total		**-**	**-**	**-**	**214.413**	**214.413**	**-**

7. Partes relacionadas

	2019	2018
Ativo circulante		
Contas a Receber - comissão s/ intercâmbio Banco do Brasil	525.558	466.744
Instrumentos financeiros - "debêntures Cielo" (a)	100.142	-
Total	**625.700**	**466.744**
Passivo circulante		
Contas a pagar - ressarcimento de despesas Banco do Brasil	298.821	277.909
Contas a pagar - ressarcimento de custos Cielo	121	60
Total	**298.942**	**277.969**

(a) Em junho de 2019, a Companhia realizou a compra de debêntures simples da "Cielo", em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações com data de vencimento em 18 de junho de 2022. **7.1 Contas a receber**: Comissão sobre intercâmbio, correspondem aos valores a receber relativos à comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Ourocard, conforme descrito no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. **7.2 Contas a pagar:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previstos no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. ***Compartilhamento de custos:*** Correspondem ao reembolso de despesas entre a Companhia e as empresas acionistas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **8. Outros valores a Receber:** Os valores registrados nesta rubrica, referem-se aos saldos provenientes das antecipações efetuadas pela Companhia, com base em contrato de parcerias para execução de serviços e soluções operacionais.

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores *(a)*	3.238	71
Outros créditos	986	70
Total	**4.224**	**141**

(a) Correspondem aos contratos firmados para execução e administração de obras nas instalações da Companhia, e valores em garantia para prestação de serviços ligados a soluções de softwares, para captura e liquidação das transações envolvendo o produto pré-pago tais como: pagamentos de contas, recarga de celular e transferências. **9. Imobilizado**

	Instalações	Processamento de dados	Equipamento Telecom	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**488**	**13**	**120**	**235**	**111**	**967**
Aquisições	2.420	46	273	153	108	3.000
Depreciação	(318)	(7)	(60)	(34)	(15)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.590**	**52**	**333**	**354**	**204**	**3.533**
Aquisições	146	730	146	-	69	1.091
Depreciação	(683)	(125)	(154)	(44)	(32)	(1.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.053**	**657**	**325**	**310**	**241**	**3.586**
Taxas anuais de depreciação - %	25	20	10	10	10	

10. Direito de uso - arrendamentos

	Taxa anual depreciação - %	31/12/2018	Adições	Depreciações	31/12/2019
Arrendamentos - direito de Uso	20	-	2.605	-	2.605
Total		**-**	**2.605**	**-**	**2.605**

11. Intangível: O ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R$ 11.572 milhões pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8). A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual amortização - %	31/12/2018	Adições	Amortizações	31/12/2019
Direitos de exploração - Ourocard	3,33	10.093.356	-	(385.733)	9.707.623
Software	20	1.188	376	(306)	1.258
Desenvolvimento de softwares	20	3.806	5.347	(779)	8.374
Marcas e patentes		73	-	-	73
Total		**10.098.423**	**5.723**	**(386.818)**	**9.717.328**

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários do imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	2019	2018
Diferenças temporárias apuradas	**304.422**	**285.682**
Provisões ressarcimento de despesas	294.415	272.927
Outras provisões	10.007	12.755
IR (25%)	76.106	71.421
CS (9%)	27.398	25.711
Total	**103.503**	**97.132**

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Lucro antes do IR e da CS	1.030.164	1.083.208
IR e CS pela taxa nominal	34%	34%
	350.256	368.291
Adicional do IR	(24)	(24)
	350.232	365.267
Outras adições	105.646	94.587
(-) Exclusões	(97.132)	(99.562)
	358.746	363.292
(Dedução) Incentivos Fiscais	(3.213)	(7.980)
IRPJ e CS a pagar	355.533	355.312
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**358.746**	**363.292**
Alíquota efetiva	34%	34%

13. Tributos e impostos a recolher: A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar n° 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1° artigo da Lei Complementar n° 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo STF e o restabelecimento da legislação anterior, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, voltou a recolher o ISS no município em que está domiciliada.

	2019	2018
ISS a recolher (a)	40.173	37.677
Cofins a recolher	7.964	12.034
Pis a recolher	1.709	2.592
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	34.023	34.245
Outros impostos a pagar	548	437
Total	**84.417**	**86.975**

(a) Provisionamos até março de 2018 o ISS, com base em um estudo interno, considerando as principais capitais, em uma alíquota média de 4,23% e inclusive atualização via Selic. **14. Contingências fiscais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve contingências cíveis e trabalhistas de nenhuma espécie. A Companhia possui ações para as quais constitui provisão em montante considerado suficiente para contingências fiscais, referente ao objeto da exclusão do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), na forma do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, que correspondem ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2018. Os autos foram sobrestados até o julgamento final do Recurso Extraordinário Nº 592.616, v